

---

## Tribunais firmam convênio de integração de informática

Os tribunais de Justiça do Distrito Federal, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Tocantins firmarão um Convênio de Integração e Interligação na área de informática na próxima quarta-feira (19/4), às 10h. O convênio é resultado do trabalho da Comissão de Informática dos Tribunais de Justiça, criada no ano passado pelo Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil.

O objetivo principal da comissão de informática dos Tribunais de Justiça é estabelecer caminhos para uma futura integração das ferramentas tecnológicas nesses tribunais, o que, acredita-se, irá acarretar uma melhoria dos serviços prestados à população, além de propiciar uma economia de recursos públicos.

A partir de um diagnóstico geral da informatização dos tribunais, cada comissão regional pretende estabelecer caminhos para padronizar uma futura integração de dados.

O convênio irá possibilitar uma integração de dados e a implantação de gestões informatizadas aos tribunais conveniados, a partir da utilização da plataforma de dados básica do Sistema Justiça Moderna desenvolvido pelo do TJ-DF. Os tribunais poderão fazer as adaptações necessárias à realidade de cada um.

Todas as adaptações terão de ser repassadas para o conjunto dos tribunais, e entregues ao grupo gestor conjunto, formado por um juiz e um técnico de informática de cada tribunal parceiro. O grupo gestor conjunto será responsável pela análise dos trabalhos e pelo registro dos softwares criados, em nome da União Federal. O próprio sistema Justiça Moderna, após concluído, será registrado em nome da União Federal, sob a responsabilidade do Tribunal de Justiça do DF.

Um outro benefício do convênio é a implantação por todos os tribunais envolvidos do Projeto Ordem, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Trata-se de uma metodologia internacional de organização de métodos de trabalho, que foi adaptada ao sistema cartorário, gerando maior produtividade às rotinas.

O grupo de tribunais de justiça conveniados está aberto à participação de outros órgãos do Poder Judiciário e integrantes do processo judicial, como o Ministério Público, Polícia Militar e Civil, Defensorias Públicas, entre outros que, caso interessados, podem participar do projeto.

### Date Created

18/04/2006